

**Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 12 de Dezembro de 2014** -----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e Liliana dos Santos Carapinha, eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Ana Paula Agostinho Matias, Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, João Pedro Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Félix Miranda, Pedro Miguel Victor da Piedade e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontaínhas Amorim Cardigo, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Daniel Filipe Martins Coelho e Luís Miguel Sá Pereira, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira e João Pedro Costa Arraiolos eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT); -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 2.º do Regimento. -----

----- **Ponto 2** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75, de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação do 7º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da proposta de Orçamento, Proposta de GOP's, Mapa de Pessoal para o ano económico de 2015. (Conforme alínea b) do n.º 2 do art.º 46º da lei das Finanças Locais, conjugado com o art.º 47º da mesma lei, foi anexado para conhecimento o orçamento de 2015 da Agroalpiarça.) -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Autorização da Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2015 em modalidade de conta corrente até ao montante de 200.000,00€. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas, começando por cumprimentar todos os presentes e informando que os deputados Henrique Santana, João Osório, Celestino Brasileiro, António Júlio, Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Hélia Bernardes e Orlando Rosa, todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Ana Margarida Vences Rosa do Céu eleita pelo PS, pediram suspensão do mandato e foram substituídos nesta sessão por: Liliana Carapinha, Miguel Miranda e Pedro Piedade todos eleitos pela CDU-(PCP/PEV) e Daniel Coelho, eleito pelo PS. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Mesa deu início ao primeiro período de intervenção do público, concedendo a palavra ao munícipe Eduardo Fernando Nunes Costa, que declarou querer falar sobre o Pavilhão Multiusos dos Patudos. Questionou a qualidade arquitetónica desse pavilhão, que segundo ele viola o testamento de José Relvas, e que qualificou de aborto. E questionou a Câmara Municipal, primeiro, por que motivo não se respeitou o desejo de José Relvas. Segundo, para quando uma solução para o telhado e beirado, de modo a evitar-se todos os anos os problemas que têm surgido. -- Não havendo mais nenhuma inscrição, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Sr. Presidente a Câmara afirmou que o testamento de José Relvas tem sido cumprido, todos os dias, pela Câmara de Alpiarça, até porque se assim não fosse, o próprio testamento prevê a possibilidade do património de José Relvas reverter para a Câmara Municipal de Santarém. Desafiou o munícipe a intentar uma ação judicial nesse sentido ou usar outros meios que entender. A população de Alpiarça cá estará para defender o seu património com a ajuda da Câmara Municipal. Mais disse que o projeto arquitetónico do pavilhão está assinado por um arquiteto com provas dadas, conceituado neste país e que mereceu a concordância da Câmara Municipal no mandato anterior. Com efeito existe um problema, de conceção ou de construção, que estamos a procurar resolver. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Mesa, deu início a este período, aceitando inscrições para intervenções neste período. Face ao número de deputados inscritos, foi concedido pelo o Presidente da Mesa um período de cinco minutos a cada deputado. -----

----- Maria Gabriela Coutinho sugeriu que as Assembleias Municipais pudessem ser gravadas e disponibilizadas ao público, porque é sabido que as mesmas são bastante demoradas e o público tem curiosidade de saber o que aqui é discutido. -----

----- Paulo Sardinheiro, no seguimento da intervenção do munícipe Eduardo Costa e da resposta do Sr. Presidente da Câmara, disse que gostaria de saber quais são as medidas que estão a tomar junto do construtor, ou de outras entidades, até porque a obra tem uma garantia de cinco anos, considerando na sua opinião que aquele edifício merece uma correção em termos técnicos que seja definitiva. -----

----- Fernando Ramalho perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já tinha uma resposta a um requerimento por si apresentado na última assembleia municipal e relacionado com uma afirmação produzida pelo mesmo, em que teria dito que num dos mandatos em que o PS assumiu os destinos do concelho, a secção cultural do Clube Desportivo “Os Águias” recebia verbas camarárias que por sua vez eram destinadas à direção do referido clube. O mesmo deputado perguntou se estava acautelada a situação do repuxo colocado na Barragem dos Patudos, que ao provocar aerossóis devido à altura que atinge, poder disseminar o vírus da legionella. -----

----- Marco Silva, em jeito de resposta à segunda pergunta formulada pelo deputado que o antecedeu sobre o eventual perigo de disseminação do vírus da legionella através do repuxo colocado na Barragem dos Patudos, opinou que segundo os conhecimentos que tem, esse vírus tem de ter umas determinadas condições quer de humidade, quer de temperatura quente ambiente que um repuxo por si só não tem, o mesmo já não acontece com chuveiros em casas de banho, balneários, caldeiras de fábricas, ares condicionados de grandes dimensões, etc. -----

----- Mário Santiago usou da palavra começando por lamentar o tipo de discurso político que se tem vindo a usar no nosso concelho, lamentando um episódio como o que se passou na última reunião de câmara com o sr. Vereador Francisco Cunha, lembrando que após uma intervenção deste, em que descrevia as propostas apresentadas pelo Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT) para serem submetidas à apreciação do Executivo, o Sr. Presidente da Câmara disse que teria vergonha de apresentar essas

3/22

propostas como fator de desenvolvimento do concelho. Face a esta afirmação do Sr. Presidente da Câmara, o deputado Mário Santiago disse que gostaria de lhe perguntar se a construção de hortas comunitárias, se a construção de um parque de autocaravanas, se a proposta de incentivo ao desenvolvimento local, se a proposta ao ensino do Mandarim, se a proposta de construção de um canil municipal, se a proposta para o patrulhamento por ciclo-guardas, se uma linha de apoio à agricultura e aos jovens agricultores, tudo propostas apresentadas pelo movimento Todos Por Alpiarça (PSD/MPT) não são fatores de desenvolvimento do Concelho, afirmando que se a maioria CDU entender que todas as propostas apresentadas por este movimento não têm qualquer valor, então que o digam de uma vez por todas e evitem o trabalho que o movimento tem ao apresentá-las. De seguida o deputado disse que gostaria de dar conhecimento a este plenário de mais um estudo que saiu por parte dos Técnicos Oficiais de Contas referente ao anos de 2013 e em que Alpiarça mais uma vez aparece mencionada pelas piores razões e deu alguns exemplos como, o endividamento, o investimento e os resultados operacionais, em contraposição com a empresa Águas do Ribatejo que aparece na lista das entidades intermunicipais melhores classificadas. -----

----- Júlio Pratas começou por afirmar que a sua intervenção sai do âmbito das intervenções dos deputados que o antecederam e visa fazer uma apreciação ao primeiro ano de assembleias municipais em Alpiarça, considerando que os momentos que se têm vivido durante os trabalhos deste órgão e fora dele, pecam por um mau ambiente, restando saber quem é, ou quem são os responsáveis por esse mau ambiente que se vive. Disse entender, num país democrático e livre, o contraditório como necessário, a discussão de pontos de vista diferentes, salutar e obrigatório, e o respeito institucional indispensável para o bom andamento desta câmara. Congratulou-se por ter amigos em todos os partidos políticos em Alpiarça, o mesmo já não acontecendo infelizmente muitas vezes nesta autarquia, sobretudo quanto à forma de fazer política, onde se utilizam várias formas de veicular a insinuação ou provocação gratuitas. Considerou que a intervenção que fez no dia 25 de Abril do corrente ano se mantém praticamente igual, havendo naturalmente quem gostasse, quem não gostasse e quem a odiasse. Por isso esperava um contraditório vindo de alguma das bancadas, o que seria interessante, mas acabou por ser alvo de um chorrilho de calúnias, mentiras, insultos, aldrabices e ameaças, veiculadas por um anonimato

4/22

covarde. Considerou que esta prática define bem a imbecilidade e a completa falta de carácter de quem a promove e escreve, o que é mau para Alpiarça, tudo para gáudio de uns seguidores boçais que alimentam e acompanham estas coisas com um entusiasmo fantástico, o que é uma originalidade triste na nossa terra. -----

----- Concluídas as intervenções dos vários deputados o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às várias interpelações. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo deputado Paulo Sardinheiro sobre os problemas que neste momento afetam o novo Auditório da Casa dos Patudos, o Sr. Presidente da Câmara respondeu que estão a trabalhar com o próprio arquiteto que desenvolveu o projeto, assim como com a empresa que executou a obra, no sentido de dentro do prazo de garantia da obra se resolver a questão do aparecimento de verdete nas pinturas e o próprio descolamento da tinta, provocado por humidades que aos longo dos anos foram absorvidas pelas paredes, sendo certo que é um problema que tem de ser resolvido pelo empreiteiro dentro do prazo de garantia da obra. -----

----- Sobre os dados respeitantes ao requerimento a que aludiu o deputado Fernando Ramalho, relacionado com o C. D. «Os Águias» o Sr. Presidente da Câmara informou que a relação das transferências para o clube, que lhe foram dadas, vieram em bruto não permitindo fazer a discriminação das que foram para cada secção nem sabe se isso será possível. Quanto à legionella, disse que a ideia que tinha relativamente ao assunto, era a que foi aqui transmitida pelo deputado Marco Silva e que da parte do Executivo não mereceu qualquer despistagem especial. -----

----- Relativamente ao que foi dito pelo deputado Mário Santiago, o Sr. Presidente da Câmara disse que esta sua frase foi retirada do contexto e foi proferida na sequência de um conjunto de considerações e acusações de que estava a ser alvo relativamente ao trabalho da própria CDU, e referiu isso no sentido de contestar a ideia que no seu lugar outros fariam muito melhor, a partir de um conjunto de propostas, inclusivamente plasmadas em programa eleitoral e que objetivamente não são suficientes para suportar a ideia que essas pessoas têm para o desenvolvimento do nosso concelho. Disse que não retira o mérito a cada uma dessas propostas, cuja paternidade não é sequer do Todos Por Alpiarça, algumas têm condições para serem implementadas durante este mandato, mas não são suficientes para resolver todos os problemas e todos os défices já aqui identificados e por isso disse que teria vergonha

5/22

de as apresentar nesses termos, fazendo crer aos outros que seriam suficientes para criar um nível de desenvolvimento do concelho. Quanto ao estudo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o Sr. Presidente da Câmara disse que ainda não teve oportunidade de o analisar, mas que relativamente ao nível de endividamento do concelho e aos esforços que têm sido feitos para o baixar, é um dos temas que mais tem sido debatido nesta sala e considerou que ninguém pode acusar a CDU de ter contribuído para esta situação de endividamento. A dívida tem vindo a baixar, as despesas têm vindo a baixar e há dificuldades em fazer subir o nível das receitas, como acontece com a generalidade das autarquias deste país. Quanto à situação das Águas do Ribatejo, considerou que ainda bem que a mesma está no bom caminho, fazendo os investimentos que estão previstos, os melhoramentos necessários, em condições favoráveis, para junto dos financiadores e junto dos destinatários finais, continuar a prestar o serviço que é necessário. -----

----- Paulo Sardinheiro disse que teria ficado por responder uma sugestão feita pela sua colega de bancada Maria Gabriela Coutinho, relativamente à divulgação da gravação das Assembleias Municipais, tendo o Sr. Presidente da Mesa dito que já foi aqui explicada várias vezes a posição da Mesa sobre o assunto e as dificuldades que há em filmar e divulgar os vídeos, ao que o deputado Paulo Sardinheiro contrapôs que ao menos que se divulgassem as gravações áudio, tendo o Sr. Presidente da Mesa dito que esse é um assunto que poderá vir a ser equacionado. -----

----- Concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Leitura, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme o disposto no n.º do art.º do Regimento. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu início a este ponto, informando que tem sete documentos e começou por pôr à discussão uma Moção sobre o Orçamento de Estado, apresentada pela bancada da CDU-(PCP/PEV) que foi lida por Fernanda Cardigo. -----

----- Fernando Ramalho disse ter estado atento à leitura da moção e que não está completamente de acordo com a sua redação, dado a mesma fazer certas exigências à ANMP-Associação Nacional de Municípios. -----

----- Maria Gabriela Coutinho disse que embora respeite quem apresenta a moção, não está de acordo com a mesma e como tal irá votar contra. -----

----- Paula Matias relativamente ao que disse o deputado Fernando Ramalho, opinou que ANMP representa todos os municípios do país, e como o orçamento de estado vai prejudicar todas as autarquias do país, independentemente da sua cor política, impondo ainda mais cortes, além dos que já têm vindo a ser feitos, a moção não visa pressionar a ANMP, mas sim fazer um apelo para que a mesma esteja com as autarquias. -----

----- Posta a moção à votação foi a mesma aprovada por maioria com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), três abstenções da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT). Em declaração de voto o deputado Fernando Ramalho, disse abster-se unicamente pelo facto da moção pretender ser a vanguarda na Associação Nacional de Municípios. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão uma Moção Sobre a Autonomia do Poder Local Democrático, apresentada pela bancada da CDU-(PCP/PEV), a qual foi lida por Marco Silva. -----

----- Não se registando qualquer intervenção para discussão, o Sr. Presidente da Mesa pôs a moção à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU-(PCP/PEV) e um do deputado Fernando Ramalho (PS), duas abstenções da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Em declaração de voto a deputada Paula Matias disse que a bancada da CDU-(PCP/PEV) votou a favor porque sempre esteve e está a favor dos direitos dos trabalhadores, da Constituição de Abril e de Abril. -----

----- Em seguida o Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão um Voto de Louvor à atleta alpiarcense Ana Gomes, apresentado pela bancada da CDU-(PCP/PEV), o qual não mereceu qualquer discussão. Como tal, foi de imediato posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão uma Moção a Favor da Dignidade da Mulher, apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e lida pelo deputado Paulo Sardinheiro. Registou-se a intervenção do deputado Fernando Ramalho, dizendo-se completamente a favor da moção, opinando no entanto, que falta nesta moção um dos principais motivos do aumento da violência doméstica, que em seu entender se deve às medidas economicamente desumanas que o atual governo do

7/22

PSD/CDS tem imposto às famílias portuguesas, sabendo-se que a violência doméstica é um dos crimes que mais cresce com as dificuldades económicas que o povo português vai sentindo. Acrescentando que é preciso ter consciência que as medidas tomadas têm consequências e uma delas é o aumento exponencial de violência que é exercida sobre as mulheres, citando o velho ditado popular: "em casa onde não há pão, todos ralham, mas ninguém tem razão". -----

----- Posta esta moção à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Paulo Sardinheiro, em declaração de voto, disse que votou a favor por considerar que a violência doméstica acontece em todas as classes sociais e não apenas nas classes mais desfavorecidas, como resulta da intervenção do líder da bancada do PS. -----

----- Paula Matias, em declaração de voto, disse que a sua bancada votou a favor porque sempre estiveram e estão contra a violência doméstica e outras violências, estas violências são de longa data e têm-se vindo a agravar, conforme se têm vindo a agravar as políticas familiares seguidas pelos últimos governos, os quais se desresponsabilizaram completamente do respeito pelos direitos das mulheres. -----

----- Mário Santiago, em declaração de voto, disse que votou favoravelmente esta moção, porque todas as mulheres abrangidas por esta moção, independentemente da sua cor, do seu extrato social, do seu credo religioso ou pensamento político, merecem toda a nossa consideração, daí o seu sentido de voto. -----

----- De acordo com o texto da Moção aprovada, foi feito um minuto de silêncio, a favor da dignidade da mulher e em homenagem a todas mulheres vítimas de violência doméstica. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão uma Moção de Apoio às Instituições Judiciais no Combate Contra a Corrupção, apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e lida pelo deputado Mário Santiago. Não se registando inscrições para discussão da moção foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada com nove abstenções e sete votos a favor. Em declaração de voto, o deputado Miguel Sá Pereira, disse que se absteve porque acredita na justiça e não há que fazer misturas e nem são precisos votos de confiança, da justiça o que é da justiça e da política o que é da política. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão uma Saudação ao Cante Alentejano, apresentado pela bancada da CDU-(PCP/PEV) e lida pelo Sr. Secretário Júlio Pratas. -----

8/22



----- Maria Gabriela Coutinho, no uso da palavra, disse que lhe agradava muito que o Cante Alentejano tivesse sido considerado Património Imaterial da Humanidade, porque há muitos anos que acompanha este canto e que inclusivamente tem amigos, quer em Serpa, quer na Aldeia Nova de S. Bento, que se dedicam a este canto e como tal se congratulava com esta Saudação. -----

----- Paulo Sardinheiro, no uso da palavra, sugeriu ao Sr. Presidente da Mesa que nas próximas comemorações do 25 de Abril, à imagem do que já foi feito há uns anos, possa ser convidado para atuar nas mesmas, um grupo de cantares alentejanos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs a Saudação à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão uma Moção sobre o FAM – Fundo de Apoio Municipal, apresentada pela CDU-(PCP/PEV) e lida pela deputada Fernanda Garnel. Não se registando inscrições para discussão da moção, o Sr. Presidente da Mesa pôs a mesma à votação tendo sido aprovada por maioria, com onze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU-(PCP/PEV) e um do deputado Fernando Ramalho (PS), duas abstenções da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT).-----

----- Em declaração de voto o deputado Júlio Pratas disse que votou a favor desta moção, porque o FAM vai prejudicar em muito o município de Alpiarça e os alpiarcenses e por isso, na sua opinião, é contraditório que pessoas que se intitulam os defensores do povo e da população de Alpiarça, votem contra uma moção que se opõe à criação de uma medida que é lesiva desse povo e dessa população. -----

----- Em declaração de voto a deputada Maria Gabriela Coutinho, justificou o seu voto contra a moção, por achar que nas circunstâncias em que temos o país a querer recuperar da bancarrota em que o governo do Partido Socialista o deixou, quer crer que este Fundo de Apoio Municipal só deixará de fazer sentido quando o país pagar as suas dívidas e voltar a ter a sua independência nacional. Acredita que o FAM será uma medida temporária, como outras medidas temporárias que têm sido criadas ao longo destes três anos, para tentar recuperar o país de uma situação caótica em que o governo do Partido Socialista deixou o país. -----

----- Em declaração de voto o deputado Mário Santiago, justificou o seu voto contra a moção, por entender que votar contra ou votar a favor de uma medida desta natureza

não depende apenas de um partido, de uma organização, ou de um coletivo, achar que não é bom. Na sua opinião é preciso explicar que alternativas existem, se é que há alternativas ao FAM e que não lhe parecia correto que alguns eruditos ponham em causa o sentido de voto dos outros, sem tentarem perceber porque é que esses votaram contra. Acrescentou que para já é preciso perceber a arquitetura do FAM, é preciso perceber porque é que ele foi montado, é preciso perceber em que situações é que ele será aplicado, é preciso perceber as situações de solidariedade que poderão ter de acontecer com municípios que estão em dificuldades financeiras por má gestão, ou por insuficiência de receitas. Finalizou dizendo que o próprio município de Alpiarça poderá um dia vir a recorrer ao FAM, porque devido ao diferencial entre receitas e despesas, poderá um dia voltar a entrar novamente em rutura financeira. -----

----- **Ponto 2** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75, de 2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim do mesmo fazer a apresentação do ponto. No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara chamou a atenção para a redução da dívida em cento e trinta e seis mil euros, entre a realização das duas últimas assembleias municipais o que perfaz dois milhões e meio de euros retirados à dívida que se registava no termo do mandato de dois mil e nove e destacou as principais atividades do município, desde o decurso da última assembleia municipal. O Sr. Presidente da Câmara ao falar de algumas dessas atividades abordou a tomada de posição e o sentido de voto de algumas das bancadas desta Assembleia nas moções discutidas e votadas no primeiro ponto da ordem de trabalhos o que levou a algum levantar de vozes, com alguns deputados a corrigirem o Sr. Presidente da Câmara, opinando que o mesmo apenas se deveria referir ao ponto da ordem de trabalhos em discussão, que é a atividade do município de Alpiarça desde a realização da última assembleia municipal. --

----- Maria Gabriela Coutinho usou da palavra congratulando-se com a realização da Feira do Livro e em especial com a exposição fotográfica que foi feita sobre a ligação dos alpiarcenses à praia da Nazaré. Disse discordar que as câmaras municipais usem os ACEP's - Acordos Coletivos de Entidades Empregadoras Públicas, para fazerem baixar o horário de trabalho dos funcionários das câmaras para as trinta e cinco horas, enquanto

10/22

os outros funcionários públicos trabalham as quarenta horas e que esta medida do governo, é uma medida transitória e de emergência, como outras, com vista a ultrapassar a difícil situação financeira que o país atravessa. -----

----- Marco Silva usou da palavra, congratulando-se com as atividades culturais que a câmara municipal tem vindo a desenvolver, lamentando que alguns deputados municipais costumem criticar o Executivo, acusando-o de nada fazer, o que não é verdade, como se pode ver pela listagem de atividades desenvolvidas pela câmara municipal. Relativamente à questão do horário de trabalho dos funcionários públicos, disse que é funcionário público e que também ele passou do horário das trinta e cinco para as quarenta horas semanais, sem que lhe tenham pago mais por isso, o que representou uma desvalorização de cerca de quinze por cento no preço hora normal e consequentemente noutras prestações que têm por base o preço-hora. Além disso o aumento das cinco horas por semana, aliado ao aumento da idade da reforma, tem como consequências o aumento do número de trabalhadores excedentários e a diminuição da criação de novos postos de trabalho, o que leva ao aumento do desemprego, principalmente entre os mais jovens, que só veem a emigração como solução para a resolução dessa situação. -----

----- Paulo Sardinheiro, no uso da palavra, opinou que em questão de horários de trabalho, deve haver uma equiparação do setor público com o setor privado, assim como deve haver uma equiparação no valor das reformas entre os dois sectores, pois continua a assistir-se ao pagamento de reformas no sector público de valor muito elevado, o que agrava o diferencial do valor médio das reformas entre os dois sectores. Relativamente às contas financeiras do município, o deputado disse que vê aqui dois períodos, um de 11-12-2014 e outro de 24-09-2014, considerando-os como uma fotografia estática. Referiu ainda que teve conhecimento que a vinte de Outubro a Contabilidade informou o Sr. Vereador João Arraiolos que havia um conjunto de despesas, para os quais não havia disponibilidade de verbas, dizendo gostar de ouvir uma explicação do Sr. Presidente da Câmara, sobre a forma como solucionaram o problema. Relativamente às atividades desenvolvidas pela câmara, considerou-as dentro dos objetivos programados e esperados ao longo do ano. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim do mesmo responder, caso o entenda fazer, às questões que lhe foram colocadas. -----

11/22

----- O Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão das 40 horas, que já foi aqui referida, disse que há uma nuance importante a ter em consideração que as 40 horas de trabalho estão a ser pagas ao mesmo preço que se pagavam no horário das 35 horas, havendo aqui um claro roubo ou rombo aos trabalhadores. Sobre as contas do município, em que o deputado Paulo sardineiro teria dito que é uma fotografia estática, o Sr. Presidente da Câmara contrapôs dizendo que antes pelo contrário a fotografia é bastante dinâmica, porque é trazida aqui em todas as assembleias municipais, e se há problemas ao nível da liquidez no município, há neste e em muitos outros municípios e que é resultante de uma lei criada em 2012, que é a Lei dos Compromissos. Agora há o FAM, que os senhores acham que é positivo, votaram contra uma Moção que apelava claramente a que se revogasse esse Fundo e que fosse criado de outra forma, mas acham bem que o município de Alpiarça fique ao longo de sete anos sem 308.000 euros e que isso é um excelente contributo para a saúde financeira do município de Alpiarça, tendo até sido aqui colocada uma pergunta se há alternativas ao FAM, dizendo que há sim senhora, alternativas. Neste momento o deputado Mário Santiago interrompeu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que esse assunto foi tratado num outro ponto e que nada tem a ver com o ponto em discussão, acrescentou que os deputados estão limitados no seu tempo de intervenção e o Sr. Presidente da Câmara usa o tempo que quer para falar de assuntos debatidos em pontos anteriores que nada têm a ver com a informação sobre a atividade da câmara. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que há aqui uma tentativa de desestabilização dos trabalhos, porque está a tentar responder a questões que lhe foram colocadas. O deputado Mário Santiago voltou a referir que o FAM foi um assunto debatido noutra ponto, e que se está aqui a abrir um precedente, porque o Sr. Presidente da Câmara além de estar a falar de assuntos debatidos em pontos anteriores, aproveita também para comentar o sentido de voto das bancadas da oposição nas votações. O Sr. Presidente da Câmara voltou a dizer que lhe estão a condicionar as respostas às perguntas que lhe foram colocadas. O deputado Paulo Sardinheiro solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fosse mais objetivo nas suas alegações e o facto de ir buscar argumentos a assuntos debatidos em pontos anteriores sai muito fora da objetividade da resposta à pergunta que lhe foi feita. O Sr. Presidente da Câmara disse que não está a ofender ninguém, que está a tentar responder à sua maneira às perguntas que lhe foram feitas, mas que não o

12/22

deixam responder. O Sr. Presidente da Mesa pediu ao Sr. Presidente da Câmara que concluísse a sua intervenção. O Sr. Presidente da Câmara referiu que objetivamente foi feita uma pergunta se havia alternativas ao FAM, opinando que havia alternativas à composição do FAM, porque a TROIKA emprestou a Portugal 78.000 milhões de euros para consolidar as contas públicas e o FAM que supostamente foi criado para resolver situações dos problemas financeiros das autarquias é constituído por apenas 650 milhões. Neste momento o deputado Paulo Sardinheiro interrompeu o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que se via obrigado a concordar com o seu colega Mário Santiago, porque apenas lhe colocou uma questão, que ainda não viu respondida e que o Sr. Presidente da Câmara estava a ir buscar outros argumentos para fazer um discurso demasiado extenso, sobre o que lhe foi perguntado. O Sr. Presidente da Câmara perguntou ao deputado Paulo Sardinheiro se o mesmo via algum problema em que respondesse à questão colocada pelo deputado Mário Santiago sobre as alternativas ao FAM. O deputado Fernando Ramalho perguntou ao Sr. Presidente da Mesa qual era o ponto em discussão, se era o primeiro ponto se era o segundo ponto. Neste momento voltou a verificar-se uma mistura de vozes na sala ao que o Sr. Presidente da Mesa voltou a pedir que deixassem o Sr. Presidente da Câmara concluir a sua intervenção. O Sr. Presidente da Câmara relativamente ao FAM disse que se a ajuda a Portugal foi de 78.000 milhões de euros para consolidar a dívida pública e sendo a dívida das autarquias locais também dívida pública, bastava ao governo português reservar desses 78.000 milhões, 650 milhões de euros para o FAM, e as autarquias locais, consoante as suas necessidades de financiamento, recorreriam ou não ao FAM. Quanto à pergunta feita pelo deputado Paulo Sardinheiro sobre as dificuldades financeiras sentidas pela Câmara de Alpiarça em Outubro, o Sr. Presidente da Câmara respondeu que os assuntos de Contabilidade, são da responsabilidade dos serviços municipais e do Executivo e sempre que surge alguma dificuldade, ela é resolvida entre os Serviços e o Sr. Vereador João Arraiolos que tem o pelouro Financeiro. -----

----- Concluído este ponto foi realizado um intervalo de dez minutos. -----

----- Retomada a reunião e atendendo ao Regimento, o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação do plenário o prolongamento dos trabalhos para além das vinte e quatro horas. A continuação dos trabalhos foi aprovada com treze votos a favor, uma abstenção, um voto contra e a ausência do deputado Mário Santiago. -----

13/22

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação do 7º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, não se registando qualquer inscrição, o ponto foi posto à votação tendo sido aprovado com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), duas abstenções da bancada do PS, duas abstenções da bancada do Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), com as ausências dos deputados Fernando Ramalho e Maria Gabriela Coutinho. -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da proposta de Orçamento, Proposta de GOP's, Mapa de Pessoal para o ano económico de 2015. (Conforme alínea b) do n.º 2 do art.º 46º da lei das Finanças Locais, conjugado com o art.º 47º da mesma lei, foi anexado para conhecimento o orçamento de 2015 da Agroalpiarça.) -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, não se registando qualquer inscrição, o ponto foi posto à votação tendo sido aprovado com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos contra da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Paula Matias em declaração de voto disse que votou a favor deste ponto, salientando que apesar de todas as restrições financeiras que a Câmara de Alpiarça tem tido, continuou a manter a taxa mínima de IMI, vai continuar com as suas atividades habituais, vai manter o apoio às coletividades, e que é um esforço louvável da autarquia, o que dá uma grande satisfação à bancada da CDU. Lamentou que este assunto, que era o mais importante de toda a ordem de trabalhos e que tem um interesse enorme para a população de Alpiarça, não tivesse merecido discussão, nem tivesse suscitado dúvidas por parte da oposição. -----

----- Mário Santiago disse que tinha um assunto que queria abordar neste ponto, também se manifestou admirado por se ter passado logo à votação, porque durante a discussão costuma haver uma apresentação do ponto por parte do Sr. Presidente da Câmara o que não sucedeu desta vez. O Sr. Presidente da Mesa afirmou e vários deputados corroboraram, que pôs o ponto à discussão, perguntou se ninguém se queria inscrever e como ninguém se inscreveu pôs o ponto à votação. O deputado Mário Santiago referiu que o ponto atual está dividido em duas partes, que tencionava intervir sobre a segunda parte do ponto e que assim não o pode fazer e que esta segunda parte do ponto não é habitual vir à Assembleia e pelo menos devia ter havido uma explicação.

14/22

O Sr. Presidente da Mesa respondeu ao deputado que leu o ponto na íntegra e perguntou se alguém se queria inscrever para discutir o ponto, como ninguém se inscreveu, o ponto foi votado e por isso estamos em condições de iniciar o ponto seguinte. O deputado Mário Santiago contrapôs, alegando que o Sr. Presidente da Câmara tem todo o tempo que quer para falar e inclusivamente referir-se a pontos anteriores, requereu por isso que se regressasse atrás e se voltasse a discutir o ponto. O deputado Fernando Ramalho disse que não concordava e que isso nem sequer está previsto em Regimento. O Sr. Presidente da Câmara sugeriu ao Sr. Presidente da Mesa que se voltasse atrás, porque estamos aqui a ser vítimas de pequenos truques que foi toda a gente calar-se e ninguém se inscrever para intervir. O deputado Mário Santiago disse que estava de acordo com o Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Mesa disse que só voltaria atrás com a concordância do Plenário. A deputada Paula Matias usou da palavra para dizer que está na hora de todos nós termos consciência do que é que estamos aqui a fazer e que somos uma Assembleia Municipal, que é um órgão respeitável e não podia admitir, como deputada eleita pela CDU que aqui representa, que o Sr. Presidente da Mesa tenha seguido todos os trâmites normais nestas circunstâncias, que tenha decorrido uma votação limpa e sem atropelos, que ela própria tenha feito uma declaração de voto, descrevendo a estranheza por tudo o que se estava aqui a passar e que agora se volte atrás para fazer tudo de novo. Considerou que tudo isto não passa de uma palhaçada. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que apelava ao Plenário e à Mesa que pudéssemos ter oportunidade de discutirmos a proposta de Orçamento, Proposta de GOP's e Mapa de Pessoal para o ano económico de 2015 e todos os documentos que vêm em anexo, pois é para isso que ali estavam. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa voltou a referir que estava na disposição de voltar atrás caso o Plenário assim o entenda, não deixando de censurar tudo o que se passou. Assim pôs à votação o reinício do ponto atual, tendo sido aprovado pelo Plenário voltar a discutir-se e votar-se este ponto, com nove votos a favor e uma abstenção da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD-PSD/MPT) e três votos contra da bancada do PS. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa voltou a ler na íntegra o presente ponto da ordem de trabalhos, voltando a solicitar inscrições dos senhores deputados que quisessem intervir para colocarem as questões que entendessem. -----

----- Mário Santiago usou da palavra dizendo que na documentação da Agroalpiarça, que faz parte deste ponto, vêm dois pareceres do conselho fiscal, ambos com a mesma data e ambos com carimbos de estarem conforme os originais, porém um dos documentos vem assinado por três elementos desse órgão, o outro vem assinado apenas pelo seu presidente, além de que os documentos são diferentes porque não estão escritos com o mesmo tipo de letra e um tem um erro ortográfico e o outro não e que agora fica-se na dúvida sobre qual destes documentos é o original. -----

----- Paula Matias usou da palavra para dizer que apoiava e iria votar favoravelmente o orçamento municipal e as GOP's pelas razões já referidas numa sua intervenção anterior e que lamentava que se tivesse repetido a discussão do ponto e que afinal só se verificasse a intervenção de um deputado da oposição, não para questionar a documentação municipal que vem aqui para votarmos, mas para falar de um documento da Agroalpiarça, que até vem apenas para conhecimento e que pode eventualmente conter erros ortográficos ou até outros. -----

----- Marco Silva usou da palavra para dizer que vai votar favoravelmente este ponto, por considerar que a Câmara de Alpiarça está a apresentar um Orçamento realista e que apesar de todos os cortes de verbas, apesar da dívida, apesar de todas as dificuldades e contrariedades, continua empenhada em desenvolver todas as suas atividades. -----

----- Fernanda Garnel disse que desconhece o motivo de haverem dois pareceres do conselho fiscal, mas que a substituição pode ter ocorrido devido à correção do erro verificado, ao que o deputado Mário Santiago contrapôs que o documento que tem o erro é o que está assinado pelos três elementos desse conselho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de se concluir a discussão do ponto, tendo o Presidente da Câmara lamentado que devido expressamente ao seu pedido se tivesse repetido a discussão do ponto e que afinal a única intervenção de um deputado da oposição foi para pôr uma questão sobre documentação que apenas vem para conhecimento e que apenas o conselho fiscal da Agroalpiarça poderá explicar o que se passou. Sobre o Orçamento municipal para o próximo ano disse que ele regista uma receita e uma despesa de cerca de seis milhões e

16/22



meio de euros, que é um orçamento rigoroso e realista que gere uma situação de grande escassez em termos financeiros, que se verifica em geral por todas as autarquias do país. Acrescentou que ainda não se conhecem os regulamentos do novo quadro comunitário até 2020, que é um Orçamento fortemente condicionado pelo PSF e que apesar da situação de desequilíbrio em que encontraram as contas da Câmara, já conseguiram abater cerca de vinte por cento da dívida num total de dois milhões e meio de euros. Disse que se continua a manter os apoios sociais e a realização e manutenção de algumas infraestruturas e com uma componente de investimento muito reduzido e condicionado pela escassez de verbas, mas que quando forem conhecidos os regulamentos dos fundos comunitários e as possibilidades que se vão abrir, poderá ter de ser feito um orçamento retificativo. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs então novamente o ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado com dez votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), três votos contra da bancada do PS e três votos contra da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- Mário Santiago apresentou declaração de voto escrita, subscrita pelos três deputados da bancada do Todos por Alpiarça-(PSD/MPT), a qual tinha o seguinte teor: “A bancada do movimento TODOS POR ALPIARÇA, através dos seus deputados municipais: Mário Santiago, Maria Gabriela Pinhão Coutinho e Paulo Sardinheiro, vem pelo presente meio apresentar a sua DECLARAÇÃO DE VOTO relativa ao ponto 4 da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de 12 de Dezembro de 2014 relativa à proposta de Orçamento, GOP’s e mapa de pessoal para o exercício económico de 2015, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes: Considerando: a) Que os documentos mais importantes da gestão do município carecem da inclusão de propostas do nosso Movimento que foram aprovadas em reunião do executivo camarário, e que reconhecidamente pela própria maioria CDU foram dessa forma consideradas como propostas de inegável valor e interesse para o desenvolvimento do nosso concelho; b) Que os documentos previsionais de gestão confirmam a intensa espiral recessiva que o concelho de Alpiarça vem atravessando, sem correlação com a conjuntura macroeconómica sem que nesses documentos estejam previstas as medidas necessárias para contrariar essa situação; c) Que defendemos a existência de uma modalidade de orçamento participativo, onde

17/22

também a população possa de alguma forma também contribuir para a elaboração deste importante documento. Por tudo o que acima descrevemos, votamos CONTRA, por comprometer irremediavelmente o desenvolvimento económico da nossa terra. A bancada do Todos Por Alpiarça, 12 de Dezembro de 2014.” -----

----- Miguel Sá Pereira em declaração de voto disse que tinha votado contra por considerar que o orçamento municipal é muito desequilibrado, com muita despesa corrente e verbas muito reduzidas para verdadeiro investimento. -----

----- Paula Matias em declaração de voto disse que a bancada da CDU aprovou o Orçamento, as GOP'S e o Mapa de Pessoal para o próximo ano de 2015, por considerar que apesar de todas as restrições financeiras a que a Câmara Municipal de Alpiarça tem sido sujeita, continuou a manter a taxa mínima de IMI, vai continuar com as suas atividades habituais, vai manter o apoio social e o apoio às coletividades de cultura e desporto, o que dignifica quem está à frente dos destinos da autarquia alpiarcense e que é motivo de grande orgulho e satisfação, para a sua bancada. Lamentou que contra tudo o que é habitual, o ponto voltasse a ser discutido, e que mais uma vez nenhum deputado da oposição se inscrevesse para suscitar dúvidas ou pedir explicações sobre a documentação em apreço, o que só vem dar razão à sua primeira intervenção a seguir à primeira votação que foi feita. -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da Autorização da Contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2015 em modalidade de conta corrente até ao montante de 200.000,00€. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, tendo o deputado Fernando Ramalho sugerido que fosse dada uma explicação para o recurso ao empréstimo por parte do Sr. Presidente da Câmara, para que se evitassem possíveis perguntas desnecessárias sobre o assunto. O Sr. Presidente da Mesa acedeu à sugestão. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que é um empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria e que terá de ser liquidado antes do final de dois mil e quinze, e deu a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para dar uma explicação mais detalhada sobre o assunto. O Sr. Vereador João Arraiolos informou que se trata da proposta de contratação de um empréstimo de curto prazo que visa colmatar as oscilações de receitas da Câmara, uma vez que há dois tipos de receitas, as provenientes do Orçamento de Estado que são constantes e recebidas em duodécimos

18/22

e as outras receitas provenientes de taxas e impostos que são muito irregulares, o que implica que nalguns meses tenhamos algumas dificuldades em cumprir com as nossas obrigações a tempo e horas. Referiu ainda que a Câmara tem já concluídas e integralmente pagas as obras do Centro Escolar, da Casa dos Patudos e da Praça do Município e que tem por receber 187.000 €, correspondentes a 5% dessas obras e que serão pagos apenas com a entrega do relatório final dessa obras. Acrescentou que havendo este instrumento legal e previsto no Regime Financeiro das Autarquias Locais da possibilidade de contratação de empréstimos de curto prazo, que não contribuem para o aumento da dívida porque terão de ser liquidados antes do final do ano da sua contratação, a Câmara de Alpiarça irá usá-lo, como almofada financeira, finalizando a sua intervenção com as demais informações pormenorizadas e contidas na documentação enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal. -----

----- Mário Santiago considerou que este empréstimo de curto prazo é comparável às contas correntes caucionadas usadas como fundo de maneio pelas empresas para suportarem os picos de tesouraria, disse não estar em condições de aferir da necessidade do uso desta ferramenta por parte da Câmara Municipal e lamentou o recurso ao mesmo, porque entra em contradição com o discurso da CDU quando acusava o PS que estava no poder, de abusar do endividamento, o que de facto veio a acontecer, deixando a câmara em 2009 à beira da rutura financeira, mas que deixou obra feita, alguma de duvidosa utilidade, o que também é verdade. Finalizou acusando a CDU de ao longo destes cinco anos de mandato deixar muito pouca obra feita, alguma também de duvidosa utilidade. -----

----- Miguel Sá Pereira, disse estar em linha de acordo com o deputado que o antecedeu no que toca ao uso das contas correntes caucionadas por parte das empresas para suportarem as dificuldades com os picos de tesouraria complicados, apesar do uso dessas contas por vezes acabarem por servir para outros fins. Disse não estar contra a contratação deste empréstimo por parte da Câmara de Alpiarça e espera que a mesma tenha condições de liquidar este empréstimo antes do final de 2015, tendo em conta que vai acabar o período de carência do empréstimo contraído ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro, aumentando as despesas da Câmara. -----

----- Paulo Sardinheiro, opinou que este empréstimo por um lado é positivo, porque permite algum conforto em termos de tesouraria, mas é negativo porque revela alguma

falta de concretização do ponto de vista de redução de despesa, afirmando que ficaria muito mais agradado se visse estes 200.000 euros investidos na recuperação do Mercado Municipal, porque é uma obra urgente, mas que por outro lado o preocupava a informação dos Serviços de Contabilidade, por falta de disponibilidade de verba, por isso se irá abster, não votando contra a contratação deste empréstimo. -----

----- Marco Silva considerou haver algumas confusões que importa esclarecer, disse que quando a CDU tomou conta desta câmara, existiam 13 milhões de euros de dívida que é um aspeto muito negativo, e com toda essa dívida e se nós queremos ser honestos e honrar os nossos compromissos e que não nos venham penhorar os autocarros e outros bens, temos de fazer orçamentos realistas e também temos de optar por este tipo de medidas. Depois afirmou que tem de haver algum cuidado quando se abre a boca para dizer que a Câmara de Alpiarça não faz obras, que não faz nada, dando como exemplos: a Praça Velha, o Centro Escolar, o Pavilhão, as obras no Centro de Saúde, o Parque do Carril, a Praça do Município, o Museu, as obras da Escola Velha, a Máquina de Limpeza, a amortização da dívida, as atividades desportivas, o apoio às coletividades, a redução do IMI, as Bolsas de Estudo, as obras nos Frades, a Oficina Solidária e perguntou se isto não é fazer nada e se não é fazer obra. -----

----- Fernando Ramalho usou da palavra para frisar que entende perfeitamente que este empréstimo de curto prazo não é teoricamente aumento da dívida porque terá de ser pago antes do final do próximo ano, mas não deixa de temer que na prática se venha a tornar num empréstimo de médio prazo se daqui por um ano e nesta altura estejamos novamente a aprovar um novo empréstimo deste ou de outro valor semelhante para pagar o que não se conseguiu pagar com este. Relativamente à dívida deixada pelo PS e já que o assunto veio novamente à baila, opinou que o PS deixou a Câmara de Alpiarça endividada, assim como praticamente todas as forças políticas deixaram as câmaras do país endividadas, mercê de um conjunto de empréstimos que se contraíram para fazer obras e mercê da crise económica que se instalou a partir de 2007. Considerou no entanto que em Alpiarça o PS deixou obra feita que permitiu captar novos habitantes, que permite ao município arrecadar IMI e IMT, deixou empresas instaladas que permitem ao município receber derrama, enquanto outras forças políticas noutros municípios endividaram-se para fazerem festas e festarolas. Considerou ainda que com a CDU não se vê captação de novos residentes, nem de

20/22

novas empresas, não se vê desenvolvimento económico e que não lhe digam que é só da recessão. Finalizou dizendo que a CDU está a beneficiar de receitas geradas por dívidas deixadas pelo PS, mas que são dívidas de investimento, que criam receitas. -----

----- Paula Matias, disse que esta questão da dívida deixada pelo PS veio à discussão agora e virá ainda por mais alguns anos, porque o PS deixou obra feita, mas muito dela por pagar e é a CDU que a está a pagar. Deixou obra feita, mas deixou um concelho com uma débil saúde financeira que não permite à CDU fazer mais do que aquilo que tem feito e já é muito. Se a CDU tivesse encontrado um concelho com um sólida saúde financeira é óbvio que a atuação da CDU seria completamente diferente. A deputada frisou que o que importava questionar é quais são os concelhos vizinhos que estão com grandes investimentos, quem é que está a atrair empresas e quem é que está a fixar residentes. Salientou que pelo contrário o que se assiste todos os dias é ao encerramento de empresas, é ao despedimento de pessoas, é ao aumento do desemprego, é pessoas que não conseguem pagar as suas habitações, não conseguem sequer pagar o IMI e pior não têm sustento para os seus filhos. Disse não perceber onde está a desconfiança sobre este empréstimo, que já foi dito que haverá dinheiro para o pagar, que o Executivo tem estado a abater a dívida, que isso é inquestionável, que o Executivo tem feito obras, tem levado a cabo os seus eventos, tem levado a cabo muitas atividades com o pouco dinheiro disponível. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara disse que já tudo tinha sido explicado sobre este empréstimo pelo Sr. Vereador João Arraiolos e finalizou dizendo que mesmo face às divergências de opinião que possam haver sobre a dívida herdada, é inquestionável que o peso da dívida e a situação financeira da Câmara de Alpiarça é um fator bastante condicionador da atividade autárquica. Realçou que é preciso perceber que durante a gestão do PS a trajetória seguida era a de endividamento de um milhão de euros ao ano, trajetória essa que não pode ser seguida pela gestão CDU, mas se pudesse, se traduziria numa verba de quatro milhões de euros, que somada aos dois milhões e meio de euros abatidos à dívida, nestes quatro anos de mandato, totalizariam seis milhões e meio de euros. Agora imagine-se o que não se poderia fazer com esta verba e a que tipo de obras não nos poderíamos candidatar com financiamentos a 85% a fundo perdido. Quanto à instalação de empresas no concelho frisou que sim senhor, que a CDU criou a Zona Industrial, que o PS investiu lá e bem e criou condições para a instalação de

21/22

empresas, mas que com a presente gestão CDU também já se instalaram novas empresas, uma delas inclusivamente duplicou a produção, e tem-se aumentado a exportação. O Sr. Presidente da Câmara finalizou dizendo que o Executivo gostaria muito de fazer muita coisa que tem sido aqui falada, coisas que inclusivamente estão inscritas em orçamento e plano de atividades, vamos ver o que poderemos fazer. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à votação tendo sido aprovado com treze votos a favor, sendo dez da bancada da CDU-(PCP/PEV) e três da bancada do PS, duas abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PSD/MPT) e a ausência do deputado Mário Santiago. -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Não se registou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Mesa, eram uma hora e quarenta e sete minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_